

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 122

Data: 01/06/88

Pg.: _____

Sai, enfim, acordo para os índios

Constituição não distinguirá os aculturados dos não aculturados

Depois de várias rodadas de negociação, que começaram no meio da semana passada, a Constituinte conseguiu, ontem à noite, chegar a um acordo para o Capítulo do Índio no projeto constitucional. Emenda assinada por doze parlamentares asseguram aos índios os "direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Este é o texto do artigo 268, que prevê também, o reconhecimento da organização social, usos, costumes, crenças e línguas dos povos indígenas.

O dispositivo que causou maior polêmica entre os índios, por prever uma diferenciação entre aculturados e não aculturados, saiu do texto. Ficou estabeleci-

do que a remoção dos grupos somente se dará ad referendum do Congresso e em casos de soberania nacional, epidemias ou catástrofe da natureza. A partir da promulgação da nova Carta, os índios, suas comunidades e organizações, serão partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus interesses e direitos, devendo o Ministério Público intervir em todos os atos do processo.

Os índios participarão, juntamente com o Congresso, das decisões sobre exploração das riquezas minerais e recursos hídricos de suas terras, e nos lucros obtidos dessas empreitadas. Eles terão, ainda, a posse permanente de suas terras, "cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes".

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios serão inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis.

Por "terras tradicionalmente ocupadas", o projeto entende serem "as habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural".

Emenda do senador Jarbas Passarinho incorporou ao texto a nulidade de atos que tenham por objetivo a ocupação, domínio e posse das terras indígenas, ressaltando, entretanto, os casos de "relevante interesse público da União".

GIVALDO BARBOSA



Na reunião de líderes brancos, Juruna (de pé, ao centro) esteve vigilante

Desânimo tomou conta da sessão

Ainda não foi desta vez. Por falta de um acordo sobre o capítulo referente ao índio, a Constituinte encerrou, ontem, mais uma sessão sem apreciar a matéria. A verificação de quorum foi pedida no mínimo três vezes, a partir das 16 horas, quando o deputado Marcelo Cordeiro, presidindo os trabalhos da Mesa prometeu fazê-lo em, no máximo, quinze minutos, "quando termos na mão o texto do acordo". As 18h10, o deputado Mário Maia (PDT-AC), que havia assumido a presidência, fez a mesma promessa. Ele quis suspender a sessão até cinco minutos antes do horário regimental, para, ent-ao, fazer a contagem dos presentes.

A suspensão já havia acontecido antes às 17h, parando a sessão por 15 minutos, depois que o deputado

José Genoíno (PT-SP) dirigiu-se à Mesa indagando sobre o que aconteceria se o plenário resolvesse fazer greve de silêncio e exigindo a confirmação do quorum para continuidade dos discursos. Cordeiro pediu um pouco mais de paciência aos presentes e assegurou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Em seguida, falou o deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP), que fez um breve discurso em favor das emendas quatroanistas.

Enquanto isso, Genoíno, em tom de brincadeira, tentava persuadir a bancada da esquerda a não falar. O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) aderiu. O plenário ouviu, ainda, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que levou um recado do cacique Raoni aos constituintes — naquela altura os índios já esta-

vam cansados e diziam querer voltar para casa antes que terminasse a época do plantio. O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) defendeu eleições municipais e presidenciais este ano.

Na segunda parte o clima foi o mesmo. Genoíno tornou a pedir verificação de quorum antes do término da sessão — "não vamos procrastinar o trabalho por causa da votação do mandato", disse, ao pedir nova convocação para hoje.

O deputado Messias Góis (PFL-SE) pediu o fim da sessão, advertindo: "O que se configura aqui é uma tentativa de fazer raivinha ao Presidente, por parte daqueles que não querem apreciar as disposições transitórias".

O quorum não foi computado e nova sessão acontecerá hoje, às 14h15.



VENCEU A FORÇA DOS PAJÉS

Há uma semana os índios aguardam que a Constituinte decida o seu futuro. Mesmo assim, alguns representantes da raça que passam o dia no Congresso Nacional não se deixam vencer pelo cansaço e ocupam todos os espaços possíveis. Ontem foi dia de pajelança, concentrada no auditório da liderança do PMDB (foto), mas também estendida a um sítio nas proximidades de Brasília. No PMDB, quem comandou o ritual foi o pajé Prepori, da tribo Kaiabi, do Médio Xingu, que espera influenciar, mobilizando os espíritos protetores, o presidente José Sarney a atender às reivindicações dos índios. Na chácara tora da cidade,

o pajé Sapalm, do Alto Xingu, também concentrava os seus esforços para conseguir um bom resultado na Constituinte. Na liderança do PMDB, os índios podiam ouvir, pelos alto-falantes, os discursos pronunciados no pinga-fogo da Constituinte. A concentração deles só foi interrompida por volta das 15 horas, para que um índio norte-americano, da tribo Potowatomí, de Oklahoma, pudesse declarar sua solidariedade aos irmãos brasileiros. Robert Coulter veio ao Brasil participar de um encontro sobre direito internacional, solidarizando-se com seus irmãos brasileiros.